

017100-000110-25



Universidade Federal de Uberlândia

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E A UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, fundação pública de ensino superior, integrante da Administração Pública Federal Indireta, instituída pelo Decreto-lei nº.762 de 14 de agosto de 1969, alterado pela Lei nº. 6532, de 24 de maio de 1978, localizada na Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, no Município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, registrada no CNPJ/MF sob o número 25.648.3870001-18, neste ato representada pelo seu Reitor, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, portador do RG n. M3221358 e do CPF n. 560.763.126-53, doravante referida como "**UFU**", e a Universidade da República, doravante denominada "**Udelar**", com sede em 18 de julho 1824, representada por seu Reitor, Héctor Cancela, agindo em nome e representação desta instituição, de acordo com sua Lei Orgânica 12.549, de 29 de outubro de 1958, que delega para o presente ato a assinatura do Presidente do Serviço de Relações Internacionais (SRI), Gonzalo Vicci, em conformidade com a resolução 370/2025, de 21/07/2025, acordam em firmar este Memorando de Entendimento, doravante, "**MOU**", a fim de promover cooperação acadêmico-científica em educação superior, pesquisa e inovação.

1. DA MOTIVAÇÃO

O presente **MOU** é motivado pelas perspectivas positivas de internacionalização e de cooperação acadêmica e científica relacionadas às possibilidades de desenvolvimento de ações de interesse comum, com benefícios mútuos, entre as instituições, a partir da experiência consolidada de ambas em atividades de natureza acadêmica e científica.

2. DO OBJETO

Ambas as instituições firmam entendimento prévio no interesse comum de estabelecer e estimular relações mutuamente benéficas no que se refere a atividades acadêmicas e científicas, de



UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY

Servicio de
Relaciones
Internacionales

MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO QUE ENTRE SÍ CELEBRAN LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA Y LA UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA.

La **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, fundación pública de enseñanza superior, integrante de la Administración Pública Federal Indirecta, instituída por Decreto-Ley N° 762 de fecha 14 de agosto de 1969, modificado por Ley N° 6532 de fecha 24 de mayo de 1978, con domicilio en la Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, Municipio de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, registrada en el CNPJ/MF bajo el número 25.648.3870001-18, representada en este acto por su Rector, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, titular del RG n. M3221358 y del CPF n. 560.763.126-53, en adelante "**UFU**"; y la Universidad de la República, en adelante "**Udelar**", con domicilio en 18 de julio 1824 representada por su Rector, Héctor Cancela, actuando en nombre y representación de esta institución, de conformidad con su Ley Orgánica 12.549, del 29 de octubre de 1958, quien delega para el presente acto a la firma del Presidente del Servicio de Relaciones Internacionales (SRI), Gonzalo Vicci de conformidad con la resolución 370/2025 de fecha 21/07/2025; acuerdan firmar este Memorándum de Entendimiento, en adelante "**MOU**", con el fin de promover la cooperación académico-científica en educación superior, investigación e innovación.

1. MOTIVACIÓN

El presente **MOU** es motivado por las perspectivas positivas de internacionalización y de cooperación académica y científica vinculadas a las posibilidades de desarrollo de acciones de interés común, con beneficios mutuos, entre las instituciones, a partir de la experiencia consolidada de ambas en actividades de naturaleza académica y científica.

2. OBJETO

Las instituciones convienen, bajo entendimiento previo de interés común, en establecer relaciones de mutuo beneficio en lo que refiere a actividades académicas y científicas, de

pesquisa, ensino e extensão, com destaque para algumas das seguintes possibilidades: programas de intercâmbio de estudantes para estudos no exterior; programas de concessão de diplomas duplos; atividades de intercâmbio de docentes para fins de pesquisa, ensino e oferta de disciplinas especiais em suas respectivas áreas de especialização; realização de projetos de pesquisa em conjunto; efetivação da comunicação de resultados das investigações realizadas de modo conjunto; atividades de intercâmbio do corpo técnico-administrativo para fins de capacitação e treinamento em suas respectivas áreas de atuação; colaboração em atividades de assistência educacional ou econômica financiadas por terceiros; programas de intercâmbio de estudantes de pós-graduação no que diz respeito a projetos de pesquisa específicos ou disciplinas de interesse e relevância; intercâmbio da literatura científica e educacional produzida por quaisquer das instituições ou por ambas as instituições; intercâmbio de materiais sobre as pesquisas mais relevantes e atuais realizadas por pesquisadores de ambas as instituições; organização conjunta de conferências, seminários e simpósios de interesse para ambas as instituições, dentre outros.

3. DA EXECUÇÃO

Para execução das atividades referentes à este MOU, as instituições respeitarão de modo recíproco os regulamentos existentes em ambas instituições, bem como estabelecerão **Acordo de cooperação específico** que conterão **Planos de trabalho**, devidamente aprovados e que necessariamente deverão estar vinculados ao presente MOU. Os **Planos de trabalho** deverão conter, no mínimo: 1) Identificação clara dos responsáveis pela execução do projeto/programa; 2) Objetivos; 3) Metas; 4) Interesse comum; 5) Benefícios mútuos; 6) Etapas/atividades previstas; 7) Cronograma detalhado; 8) Recursos humanos envolvidos (forma de participação, dias e horários relacionados à cooperação); 9) Formas de financiamento; 10) Formas de divulgação de resultados parciais e final (eventos, publicações etc.); A Udelar será regida, no que diz respeito à revalidação de créditos e cursos, pela Lei Orgânica 12.549, a Portaria de Revalidação de Estudos Parciais cursados no Exterior, 11) previsão de elaboração de relatórios parciais e final; 12) Outras informações relevantes. Além disso, no que se refere à UFU, os **Planos de trabalho** deverão ser aprovados no âmbito das unidades acadêmicas

investigación, enseñanza y extensión, con énfasis en las siguientes posibilidades: Programas de intercambio de estudiantes para realizar estudios en el exterior; programas de doble titulación; actividades de intercambio de docentes con fines de investigación, enseñanza y oferta de cursos en sus respectivas áreas de especialización; realización de proyectos conjuntos de investigación; comunicación de los resultados de investigaciones conjuntas; actividades de intercambio de personal técnico-administrativo con fines de capacitación y entrenamiento en sus respectivas áreas de actuación; colaboración en actividades de asistencia educativa o económica financiadas por terceros; programas de intercambio de estudiantes de posgrado vinculados a proyectos de investigación específicos o disciplinas de interés y relevancia; intercambio de literatura científica y educativa producida por ambas instituciones o cualquiera de ellas; intercambio de materiales sobre las investigaciones más relevantes y actuales desarrolladas por investigadores de ambas instituciones; organización conjunta de conferencias, seminarios y simposios de interés para ambas instituciones; entre otras.

3. EJECUCIÓN

Para la ejecución de las actividades referidas en este MOU, las instituciones respetarán en modo recíproco los reglamentos existentes en cada una de ellas, y establecerán **Convenios Específicos de Cooperación**, que contendrán **Planes de Trabajo** debidamente aprobados, que necesariamente estarán vinculados al presente MOU. Los **Planes de Trabajo** deberán contener, como mínimo: 1) Identificación clara de los responsables de la ejecución del proyecto/programa; 2) Objetivos; 3) Metas; 4) Interés común; 5) Beneficios mutuos; 6) Etapas/actividades previstas; 7) Cronograma detallado; 8) Recursos humanos involucrados (formas de participación, días y horarios comprometidos a la cooperación); 9) Formas de financiamiento; 10) Formas de divulgación de resultados parciales y finales (eventos, publicaciones, etc) La Udelar se regirá, en lo que respecta a la convalidación de créditos y cursos, por la Ley Orgánica 12.549, la Ordenanza de Convalidación de Estudios Parciales cursados en el Extranjero; 11) Previsión de elaboración de informes parciales y finales; 12) Otras informaciones relevantes. Más allá de eso, en lo

envolvidas, antes de poderem integrar um acordo específico de cooperação

4. DA VIGÊNCIA

O presente **MOU** vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de duas renovações automáticas para períodos sucessivos de 05 (cinco) anos, salvo uma das instituições notificar a outra da rescisão, por escrito, pelo menos 90 (noventa) dias antes da data de expiração. Esgotados o prazo inicial e as duas renovações automáticas previstas, caso seja de interesse das instituições prosseguir com a colaboração acadêmica, dever-se-á elaborar Termo Aditivo.

5. DO FINANCIAMENTO

A instituições acordam que cada atividade estabelecida de acordo com este **MOU** dependerá da disponibilidade de financiamento, devendo acordos financeiros serem negociados para cada atividade antes de se firmar qualquer Acordo Específico de Cooperação a ele relacionado. As instituições acordam que envidarão esforços aceitáveis para obterem recursos financeiros adequados para as atividades previstas nos futuros acordo específico de cooperação, a partir dos termos dispostos no presente **MOU**. As instituições acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e disponibilidade. A execução de atividades de cooperação pelos participantes não gera vínculo empregatício.

6. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos **Acordos Específicos de cooperação** e em seus respectivos **Planos de Trabalho**, que necessariamente estarão vinculados ao presente **MOU**. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos

que se refiere a la **UFU**, los **Planes de Trabajo** deberán ser aprobados en el ámbito de las unidades académicas involucradas, antes de poder integrar un Convenio Específico de Cooperación.

4. VIGENCIA

El presente **MOU** tendrá una duración de diez (10) años, contados a partir de la fecha de firma, con posibilidad de dos renovaciones automáticas por períodos sucesivos de cinco (5) años, a menos que cualquiera de las instituciones denuncie el presente mediante comunicación escrita, al menos noventa (90) días antes de la fecha de terminación. Agotados el plazo inicial y las dos renovaciones automáticas previstas, en caso que resulte de interés de las instituciones proseguir con la cooperación académica, se deberá establecer un Término Aditivo.

5. FINANCIAMIENTO

Las instituciones acuerdan que cada actividad establecida en el marco de este **MOU** dependerá de las disponibilidades presupuestarias de cada una de ellas, debiéndose negociar acuerdos financieros para cada actividad antes de firmar cualquier Convenio Específico de Cooperación. Las instituciones se comprometen a realizar esfuerzos activos para gestionar la obtención de recursos financieros adecuados para la realización de las actividades previstas en futuros Convenios Específicos de Cooperación, de acuerdo a los términos establecidos en este **MOU**. Las instituciones podrán compartir los costos inherentes a tales actividades, de acuerdo a sus reglamentaciones internas y disponibilidad presupuestaria. La ejecución de actividades de cooperación no genera ningún compromiso financiero para las partes.

6. PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades de investigación conjunta que puedan producir resultados pasibles de ser protegidos por derechos de propiedad intelectual, deberán estar previstas en los **Convenios Específicos de Cooperación** y en sus respectivos **Planes de Trabajo**, que necesariamente estarán vinculados al presente **MOU**. Ambas universidades deberán acordar mecanismos de articulación que garanticen la adhesión de todos los intervenientes a las reglas establecidas en sus propias regulaciones sobre Propiedad Intelectual. Ningún resultado de la

resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o consentimento prévio, por escrito, das instituições. A parte que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente. Em matéria de proteção dos direitos decorrentes da propriedade intelectual, a Universidade da República será regida pelo disposto na Portaria sobre Direitos de Propriedade Intelectual aprovada pelo Conselho Diretivo Central em 8 de março de 1994 e suas alterações.

7. DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Ambas as instituições se comprometem a uma política de igualdade de oportunidades, sendo vedada qualquer discriminação no que diz respeito a raça, cor, gênero, idade, etnia, religião, nacionalidade ou deficiência.

8. DAS NORMAS DE IMIGRAÇÃO E DO SEGURO

Os participantes das atividades acadêmicas e científicas dispostas neste **MOU** seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora e deverão responsabilizar-se por seus passaportes e, quando necessário, de seus vistos, bem como, pelas vacinas pertinentes e por contratar um seguro internacional de cobertura médica e hospitalar para permanência no exterior, incluindo acidentes e repatriação.

9. DA RESCISÃO

Este **MOU** poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das instituições, desde que aquela que assim o desejar comunique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. As atividades em andamento, por força de acordos de cooperação e de planos de trabalho previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, conseqüentemente, ser concluídas.

10. DAS CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas e controvérsias que possam surgir na execução e interpretação do presente **MOU**, as instituições enviarão esforços na busca de uma solução consensual.

cooperación científica o técnica podrá ser utilizado sin consentimiento escrito previo de las partes. La parte que no cumpla con lo pactado en esta cláusula asumirá la responsabilidad jurídica correspondiente. En materia de protección de los derechos derivados de la propiedad intelectual, la Universidad de la República se regirá por lo dispuesto por la Ordenanza de los Derechos de la Propiedad Intelectual aprobada por el Consejo Directivo Central con fecha 08 de marzo de 1994 y sus modificativas.

7. IGUALDAD DE OPORTUNIDADES

Ambas instituciones se comprometen a una política de igualdad de oportunidades, siendo prohibida cualquier discriminación basada en la raza, color, género, edad, etnia, religión, nacionalidad o discapacidad.

8. NORMAS MIGRATORIAS Y DE SEGURO

Los participantes de las actividades académicas y científicas previstas en este **MOU** respetarán las normas migratorias del país de la institución receptora y serán responsables de la gestión de sus pasaportes y, cuando sea necesario, de sus visas, así como de las vacunas pertinentes y de la contratación de un seguro médico internacional, médico y hospitalaria para estancias en el extranjero, incluyendo accidentes y repatriación.

9. RESCISIÓN

Este **MOU** podrá ser denunciado o rescindido por cualquiera de las instituciones, a partir de comunicación escrita a la contraparte, con una antelación mínima de noventa (90) días. Las actividades en desarrollo, en virtud de Convenios Específicos de Cooperación, de Planes de Trabajo previamente rubricados y aquellas cubiertas en Términos Aditivos, no serán perjudicadas, debiendo, conseqüentemente, ser concluidas.

10. CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas y controversias que puedan surgir de la ejecución e interpretación del presente **MOU**, las instituciones se comprometen a poner sus esfuerzos en la búsqueda de una solución consensuada.

11. DA PROTEÇÃO DE DADOS

"As instituições envolvidas neste memorando de entendimento poderão transferir dados pessoais entre elas conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, em seu artigo 33, inciso VII. A transferência internacional de dados pessoais será feita para a efetivação da política pública de "educação superior" e os dados pessoais eventualmente compartilhados serão utilizados exclusivamente para essa finalidade. Os dados pessoais a que se faz referência são de identificação de discentes, docentes e administradores das instituições, tais quais: CPF, número do passaporte.

A Udelar será regida pela normativa vigente em matéria de proteção de dados, sendo esta a Lei 18.331 e o Decreto Regulamentar 414/009. Assim como pela Lei 18.381 sobre o direito de acesso à informação pública.

12. DA PUBLICAÇÃO

A UFU providenciará a publicação resumida dos termos deste **MOU** e de seus aditamentos na página oficial da Diretoria de Relações Internacionais da UFU, até o 5º. (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento, em versão bilíngue, de igual teor e forma, para fins de direito.

Uberlândia,

Pela Universidade Federal de Uberlândia



Documento assinado digitalmente
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO
 Data: 06/03/2026 13:59:49-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prot. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Reitor

11. PROTECCIÓN DE DATOS

"Las instituciones involucradas en este MdE podrán transferir datos personales entre ellas según lo previsto en la Ley Nº 13.709/2018 - Ley General de Protección de Datos, en su artículo 33, inciso VII. La transferencia internacional de datos personales se realizará para la aplicación de la política pública de "educación superior" y los datos personales, eventualmente compartidos, se utilizarán exclusivamente para este fin. Los datos personales a los que se hace referencia son para la identificación de los estudiantes, profesores y administradores de las instituciones, como: CPF, número de pasaporte.

La Udelar se regirá por la normativa vigente en la materia relativa a la protección de datos, siendo la misma la ley 18.331 y el Decreto Reglamentario 414/009. Así como por la ley 18.381 sobre el derecho de acceso a la información pública

12. PUBLICACIONES

La UFU procurará la publicación resumida de los términos de este **MOU** y de sus anexos en el página electrónica de la Dirección de Relaciones Internacionales de UFU, hasta el quinto día hábil del mes siguiente a su firma.

En prueba de conformidad las partes firman dos (2) ejemplares en versión bilingüe, de un mismo tenor y a un solo efecto.

Montevideo,

Por la Universidad de la República

Firmado digitalmente por:CN=GONZALO VICCI
 GIANOTTI, SERIALNUMBER=DNI18570784, C=UY
 Fecha:23/02/2026 12:42:19 -0300

Gonzalo Vicci Gianotti
Presidente SRI